



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

25, 26 e 27 de julho 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 27/07/2015
Assunto: Negociações		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Governo apresenta nova proposta de plano de carreira do magistério de SC

*Sinte informou que, alguns pontos estão de acordo, mas outros ainda não.
Foi proposta reunião para 4 de agosto, mas sindicato pede para antecipá-la.*

O governo do estado, por meio da Coordenação de Negociação e Relações Funcionais (Coner), apresentou a nova proposta do plano de carreira do magistério público estadual ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte-SC).

Pela proposta, uma nova reunião deveria ser agendada para o dia 4 de agosto, um antes da assembleia geral da categoria, em Rio do Sul, mas o Sinte pede para que a data seja antecipada, pois ainda há pontos para serem negociados.

Um dos pontos que o plano contém é a “manutenção da vinculação do salário do professor ACT (temporário) à tabela salarial”, uma das principais reivindicações da categoria durante a greve, que começou em 24 de março e encerrou em 3 de junho. Além deste ponto, os professores reivindicavam, principalmente, a elaboração do plano de carreira do magistério estadual.

A proposta do plano, apresentada em reunião com o Sinte, pelo coordenador executivo da Coner, Decio Vargas, na sexta-feira (24), garantiria “ganhos entre 15 e 54% a todos os professores do magistério catarinense”, segundo o governo. Estes reajustes seriam iniciados em 2016 e seguiriam até 2018. De acordo com o estado, nas primeiras análises, a descompactação da folha geraria R\$ 8 bilhões de acréscimo para o magistério em cinco anos.

Segundo o Sinte, alguns pontos foram atendidos, em especial a questão da vinculação do salário dos ACTs à tabela salarial, mas há outros que ainda precisam ser melhor negociados. Por este motivo, a entidade deve encaminhar um documento apontando os pontos divergentes.

Foi solicitada uma reunião antes de 4 de agosto, para tratar destas questões, para então receber a tabela proposta pelo governo, que será apresentada durante a assembleia da categoria no dia 5 de agosto.

Pontos propostos

O plano proposto pelo governo sugere a “incorporação das gratificações de regência de classe e de atividade especializada de magistério no percentual de 25%”. O Sinte se mostrou contrário a esta questão e informou que a incorporação das gratificações é um “ponto inegociável para a categoria”. O Sindicato ressaltou que “é necessária discussão clara de todas as gratificações dos demais profissionais da educação”.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Segundo o governo, o plano prevê a descompactação da tabela salarial a partir da licenciatura curta (nível dois da carreira). Além disso, estabelece a permanência do nível médio e licenciatura curta na tabela salarial.

Também é oferecida “amplitude horizontal de 50% para a licenciatura plena (nível três da carreira); diferença de 50% entre os níveis de licenciatura plena e médio (professor estável); ampliação das possibilidades de avanço na carreira com a criação de duas referências (H e I); gratificação de 15% para professor que atua nas séries iniciais e educação especial e ingresso na última referência com 24 anos”, informou o governo do estado.

De acordo com o Sinte, “mesmo mantendo o nível médio e licenciatura curta, a descompactação só inicia partir do nível 2. A alegação do Governo é que e desde 2011 estes trabalhadores sempre receberam integralmente o reajuste do Piso Nacional, o que levou a compactação da tabela, desta forma os professores dos níveis 3 – plena, 4 pós, 4 mestres, 6 doutores tiveram reajustes menores. A nossa luta sempre foi pela aplicação do Piso na Carreira”, informou o Site em nota.

Greve

Professores mantêm greve e ocupam Assembleia Legislativa nesta quinta-feira (14), em Florianópolis, Santa Catarina (Foto: Anderson Pinheiro/Agência O Dia/Estadão Conteúdo)

Professores ocuparam duas vezes a Assembleia Legislativa, em Florianópolis (Foto: Anderson Pinheiro/Agência O Dia/Estadão Conteúdo)

A categoria ficou em greve de 24 de março a 3 de junho, quando decidiram retomar aos trabalhos por 60 dias, quando deve haver nova assembleia. De acordo com a Secretaria de Estado da Educação, cerca de 5%, aproximadamente 2 mil professores, estavam sem dar aulas. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte-SC) informou que 20% dos professores do estado ficaram parados.

Durante a paralisação, um grupo de professores ocupou duas vezes a Alesc. A primeira ocupação foi entre 7 e 9 de abril. Depois, eles ficaram um mês entre 28 de abril e 29 de maio.

Eles deixaram o local na segunda ocupação devido à notificação recebida do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) que emitiu liminar determinando aos grevistas ficarem a mais de 200 metros distantes de prédios públicos. Eles ocupavam o saguão desde 28 de abril.

Outra determinação do TJ em relação à greve foi uma liminar que para que governo suspendesse imediatamente a contratação de temporários para substituir os grevistas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 27/07/2015
Assunto: Fies		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Fies do segundo semestre abre inscrições no dia 3 de agosto

Estudantes poderão se inscrever entre os dias 3 e 6 de agosto.

Edital foi publicado na edição desta segunda do 'Diário Oficial da União'.

O Ministério da Educação divulgou, nesta segunda-feira (27), as regras para a edição do segundo semestre do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). As inscrições começam na próxima segunda-feira (3) e vão até as 23h59 do dia 6. As informações foram publicadas na edição desta segunda do "Diário Oficial da União".

De acordo com o edital, as inscrições para o Fies seguirão um modelo diferente das edições anteriores. Agora, os estudantes deverão se candidatar para uma seleção por meio de um sistema semelhante ao usado no Sisutec. As inscrições serão feitas pelo site <http://fiessselecao.mec.gov.br>, que, até o início da manhã desta segunda, ainda estava fora do ar.

Na nova plataforma, os estudantes precisarão se inscrever para vagas já definidas pelo próprio MEC, por meio de uma portaria publicada no início do mês que abriu o período de adesão das instituições de ensino. Eles serão selecionados com base na nota do Enem.

Segundo as novas regras, só poderão participar do processo estudantes que ainda não tenham diploma do ensino superior, que tenham feito o Enem a partir de 2010, com nota final de pelo menos 450 pontos, e que tenham renda familiar mensal bruta per capita de até 2,5 salários mínimos. Professores da rede estadual estão isentos de cumprir os três requisitos, e pessoas que tenham concluído o ensino médio antes de 2010 não precisam cumprir a exigência de ter realizado o Enem, mas devem se encaixar nos outros dois requisitos.

Como será a seleção

O edital diz que "o estudante somente poderá se inscrever em 1 (um) único curso e turno de graduação dentre aqueles com vagas ofertadas no processo seletivo do Fies referente ao segundo semestre de 2015".

Os estudantes que fizeram o Enem serão classificados de acordo com a nota final, sendo que os critérios de desempate, em caso de nota igual, seguirão a seguinte ordem: nota da redação, nota da prova de linguagens, nota da prova de matemática, nota da prova de ciências da natureza e nota da prova de ciências humanas.

Já os estudantes que não fizeram o Enem serão classificados de acordo com um cálculo que levará em consideração critérios de renda, raça, profissão e rede de ensino na qual os candidatos estudaram. Pelos cálculos, terão prioridade os candidatos com menor renda familiar bruta mensal, que se autodeclarem pretos, pardos ou indígenas, que tenham estudado na rede pública de ensino e que sejam professores de escolas públicas.

Como será a seleção



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O edital diz que "o estudante somente poderá se inscrever em 1 (um) único curso e turno de graduação dentre aqueles com vagas ofertadas no processo seletivo do Fies referente ao segundo semestre de 2015".

Os estudantes que fizeram o Enem serão classificados de acordo com a nota final, sendo que os critérios de desempate, em caso de nota igual, seguirão a seguinte ordem: nota da redação, nota da prova de linguagens, nota da prova de matemática, nota da prova de ciências da natureza e nota da prova de ciências humanas.

Já os estudantes que não fizeram o Enem serão classificados de acordo com um cálculo que levará em consideração critérios de renda, raça, profissão e rede de ensino na qual os candidatos estudaram. Pelos cálculos, terão prioridade os candidatos com menor renda familiar bruta mensal, que se autodeclarem pretos, pardos ou indígenas, que tenham estudado na rede pública de ensino e que sejam professores de escolas públicas.

Resultado

A primeira e única chamada do sistema de seleção do Fiesx vai ser divulgada no dia 10 de agosto, assim como a lista de espera dos candidatos não convocados. Depois, os estudantes da lista de espera devem acompanhar as informações pelo site.

"Após a divulgação do resultado da chamada única, havendo vaga não ocupada, é de exclusiva responsabilidade do estudante participante da lista de espera do processo seletivo do Fies acompanhar sua eventual pré-seleção na página do FiesSeleção na internet, no endereço eletrônico <http://fiessselecao.mec.gov.br>", diz o edital.

O documento afirma ainda que a aprovação no FiesSeleção "assegura apenas a expectativa de direito às vagas para as quais se inscreveram no processo seletivo do Fies", e que, para garantirem a vaga, os estudantes aprovados devem realizar todo o processo de contratação do financiamento pelo SisFies.

Após o resultado, os estudantes pré-aprovados na única chamada do Fies têm até o dia 13 de agosto para concluir o processo de contratação do financiamento.

Os estudantes que ficarem na lista de espera terão dez dias corridos, a partir da divulgação de sua pré-seleção no FiesSeleção, para finalizar a contratação do financiamento.

Veja abaixo as principais mudanças no Fies:

TAXA DE JUROS

COMO SERÁ: 6,5% ao ano

ANTERIOR: Antes, até outubro de 2006, eram de 9%. Depois, até agosto de 2009, passou a ficar entre 3,5% e 6,5%. Desde março de 2010 os juros são de 3,4% ano ano.

JUSTIFICATIVA: Ministérios dizem que buscam "fortalecer a sustentabilidade do programa, para que, no médio prazo, novos alunos sejam financiados pelos formados". Outra razão é corrigir distorção com o mercado de crédito.

TETO DA RENDA FAMILIAR

COMO SERÁ: Limite é a renda per capita de 2,5 salários mínimos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ANTERIOR: Renda familiar bruta de 20 salários mínimos.

JUSTIFICATIVA: "O Fies é para os estudantes que são mais pobres e precisam de financiamento. Não é mais (a família com renda de) até R\$ 15 mil que tem direito ao Fies, são valores mais baixos, mas que ainda atingem muitas pessoas", afirmou o ministro da Educação. O governo diz que 90% das famílias brasileiras estão no novo limite de renda.

PRIORIDADES PARA CURSOS DE TRÊS ÁREAS

COMO SERÁ: As áreas de engenharias, formação de professores (licenciaturas, pedagogia ou normal superior) e saúde serão prioritárias.

ANTERIOR: Não havia definição de critério.

JUSTIFICATIVA: Cursos são considerados estratégicos para o desenvolvimento do país ou para atendimento de demandas sociais. Alunos de outros cursos continuarão a ser atendidos.

CURSOS COM NOTAS ALTAS TERÃO PRIORIDADE

COMO SERÁ: Foco serão os cursos com notas 5 e 4 no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

ANTERIOR: MEC exigia avaliação positiva no Sinaes. No primeiro semestre, passou a adotar o critério e cursos com nota 4 ou 5 somaram 52% dos financiamentos.

JUSTIFICATIVA: Ministério diz que cursos com nota três no Sinaes ainda serão financiados, mas em patamares menores do que os das áreas consideradas prioritárias.

PRIORIDADE PARA TRÊS REGIÕES DO BRASIL

COMO SERÁ: Será priorizado o atendimento de alunos matriculados em cursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (excluindo Distrito Federal).

ANTERIOR: Não havia recorte de prioridade para regiões ou estados. E 60% dos contratos eram com estudantes de estados do Sul, do Sudeste ou Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA: Ministério diz que decisão se soma a "outras várias políticas sociais federais que buscam corrigir as desigualdades regionais". Alunos de outros estados continuarão a ser atendidos, mas em patamares menores do que os das áreas consideradas prioritárias.

VALIDADE DAS MUDANÇAS

COMO SERÁ: Mudanças só valerão para os próximos contratos.

JUSTIFICATIVA: "Você não pode mudar um contrato por vontade unilateral. O governo firmou um contrato com milhões de estudantes com determinadas regras e essas regras serão mantidas e respeitadas", disse o ministro Renato Janine Ribeiro.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOTAS MÍNIMAS NO ENEM

COMO SERÁ: Alunos precisam de 450 pontos na média do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) e nota diferente de zero na redação.

ANTERIOR: A mudança passou a valer para contratos firmados neste ano. Antes, só era preciso ter prestado o exame.

JUSTIFICATIVA: A iniciativa busca aumentar o nível dos profissionais formados com apoio do financiamento público, de acordo com o governo.

UNIVERSIDADES DARÃO DESCONTO EM MENSALIDADES

COMO SERÁ: Instituições participantes vão oferecer um desconto de 5% sobre a mensalidade para os estudantes com contrato do Fies.

ANTERIOR: Estudante pagava a mensalidade mais barata cobrada na instituição pelo curso.

JUSTIFICATIVA: "O governo é um grande comprador de cursos pelo Fies. Ao ser um grande comprador ele deve se beneficiar de descontos que são dados de modo geral quando você compra em grandes quantidades. Calculando 5%, quer dizer que três mil vagas das 61,5 mil são geradas por essa nova economia", afirmou o ministro.

PRAZO PARA PAGAMENTO

COMO SERÁ: Três vezes a duração do curso

ANTERIOR: Até 2010, era de duas vezes a duração.

CRITÉRIOS DE DESEMPATE

COMO SERÁ: I - maior nota na redação; II - maior nota na prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; III - maior nota na prova de Matemática e suas Tecnologias; IV - maior nota na prova de Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e V - maior nota na prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias.

ANTERIOR: A mudança passou a valer para contratos firmados neste ano. Antes, só era preciso ter prestado o exame.

Crescimento do Fies

A reformulação do Fies em 2015 ocorreu depois de o programa crescer de forma exponencial nos últimos anos. Ao mesmo tempo, o MEC precisou fazer ajustes no orçamento diante de cortes do ajuste fiscal.

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Fies gastou R\$ 13,7 bilhões em 2014.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Entre fevereiro e agosto do ano passado, o governo federal publicou três medidas provisórias para abrir crédito extraordinário para o Fies, que passou a atender também a alunos de mestrado, doutorado e cursos técnicos.

Para conter gastos, o MEC decidiu limitar o prazo para pedido de novos contratos (antes, era possível entrar com a solicitação em qualquer momento do semestre letivo), vincular a aceitação do pedido de financiamento a cursos com notas mais altas nos indicadores de qualidade, privilegiar instituições de ensino fora dos grandes centros e exigir que os estudantes interessados em contratos de financiamento do governo tivessem média de pelo menos 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

As novas restrições no programa, porém, se depararam com a crescente demanda dos estudantes e o resultado foi um período de instabilidade nos sistema, devido à grande procura por novos contratos, e o esgotamento da verba do Fies de todo o ano de 2015 para novos contratos.

O orçamento do Fies para novos contratos durante todo o ano de 2015 era de R\$ 2,5 bilhões e, segundo o ministro, essa verba foi gasta inteiramente para atender aos 252.442 novos contratos fechados no prazo do primeiro semestre. Segundo o MEC, 178 mil pessoas tentaram celebrar novos contratos e não conseguiram.

Por isso, a segunda edição do programa para novos contratos ficou indefinida até que o governo federal finalizasse o reajuste orçamentário.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 27/07/2015
Assunto: Negociações		Página: Online



Governo do Estado apresenta proposta da nova carreira do magistério catarinense

Entretanto, instabilidade do cenário econômico e os limites de comprometimento da receita tornam difícil a implementação do plano ainda em 2015

24-07 - escola Feliciano Nunes Pires.jpg

O coordenador executivo de Negociação e Relações Funcionais do governo do Estado, Decio Vargas, apresentou ao Sindicato dos Trabalhadores na Educação de Santa Catarina (Sinte/SC), na tarde desta sexta-feira (24), o novo formato do plano de carreira do magistério público estadual. O documento contempla as sugestões feitas pelo Sinte/SC nas rodadas anteriores e o aprimoramento da proposta do Governo do Estado apresentada este ano.

Conforme o governo, o plano prevê a descompactação da tabela salarial a partir do nível II (licenciatura curta); permanência do nível médio e licenciatura curta na tabela salarial; manutenção da vinculação do salário do professor ACT à tabela salarial; amplitude horizontal de 50% para o nível III (licenciatura plena); diferença de 50% entre os níveis de licenciatura plena e médio (professor estável); ampliação das possibilidades de avanço na carreira com a criação de duas referências (H e I); gratificação de 15% para professor que atua nas séries iniciais e educação especial e ingresso na última referência com 24 anos.

“Para a implementação do novo Plano de Carreira é imprescindível fazer algumas ações como a incorporação das gratificações de regência de classe e de atividade especializada de magistério no percentual de 25%. Apresentamos a tabela de onde queremos chegar e que garante ganhos entre 15 e 54% a todos os professores do magistério catarinense”, afirma Vargas.

A instabilidade do cenário econômico nacional e os limites de comprometimento da receita corrente líquida (RCL), com despesas de pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, são fatores que diminuem a possibilidade de implementação do plano ainda em 2015. De acordo com Vargas, outro ponto preocupante por parte do Governo do Estado é a incerteza quanto aos reajustes futuros do piso nacional do magistério. “Precisamos trabalhar com previsões possíveis de serem cumpridas até o final do atual mandato, já que o governador Raimundo Colombo não quer deixar pendências para o próximo governo. Nosso objetivo é promover o necessário ajuste da carreira do magistério público catarinense por meio da descompactação da tabela salarial na medida do possível”, explica.

O governo do Estado está finalizando a análise do impacto financeiro do novo plano de carreira, visando dar início ao processo de descompactação parcial da tabela salarial a partir de 2016, projetando, até 2018, desembolso compatível com a capacidade financeira do Tesouro



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

do Estado. Os primeiros estudos preveem o incremento de R\$ 8 bilhões na folha de pagamento do magistério em cinco anos. Na próxima reunião, agendada para terça-feira (4), o governo irá apresentar as tabelas de 2016 a 2018 com os valores do início da descompactação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Correio Lageano	Editoria: Raul Sartori	Data: 27/07/2015
Assunto: Plano de Carreira	Página: on-line	



CORREIO LAGEANO

Sem herança maldita

Ao apresentar ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), sexta-feira, o novo desenho do plano de carreira do magistério público de SC, o coordenador executivo de Negociação e Relações Funcionais, Décio Vargas, deu a inédita informação de que o governador Raimundo Colombo trabalha com previsões possíveis de serem cumpridas até o final de seu mandato porque "não quer deixar pendências para o próximo governo".